

Nos MPs dos estados, crimes contra o patrimônio e temas do ECA lideram demandas

24/02/2025

* *Reportagem publicada na nova edição do [Anuário do Ministério Público](#). A versão impressa está à venda na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui](#)). Acesse a versão digital pelo site do [Anuário da Justiça](#) ([anuario.conjur.com.br](#)).*

“O Ministério Público caminha para uma mudança de paradigma: de um MP demandista para um MP resolutivo, tendo a autocomposição como um dos elementos primordiais desta atuação resolutiva.” Essa foi a constatação do Conselho Nacional do Ministério Público ao promover, em 2023, o primeiro encontro da rede autocompositiva do MP, uma campanha permanente do órgão máximo do Ministério Público para fomentar a desjudicialização e a resolução de conflitos por meio da mediação e da conciliação.

Estatísticas do relatório anual *MP Um Retrato*, do CNMP, mostram que o Ministério Público passou a negociar mais. Mas mostram também que a judicialização cresceu. O volume de acordos celebrados pelos Ministérios Públicos estaduais cresceu 13% em 2023, em comparação com o ano anterior. Em todo o país, foram propostos 237 mil acordos, somados termos de ajustamento de conduta (TACs), acordos de não persecução penal (ANPPs) e transações penais. Em 2022, foram 209 mil.

No mesmo caminho, o total de ações e denúncias levadas à Justiça aumentou 11%. O total de demandas levadas pelo MP à Justiça estadual passou de 1,4 milhão em 2022 para 1,6 milhão no ano seguinte.

Quando se coloca uma lupa sobre os números, a judicialização chama mais a atenção. Houve aumento tanto na área cível (8%) quanto na criminal (12%). No âmbito dos acordos, o avanço foi puxado exclusivamente pelo salto de 14% no número de ANPPs e pelas transações penais, já que o volume de TACs celebrados caiu 5% em 2023.



MPE EM NÚMEROS

Promotores de Justiça	9.641
Procuradores de Justiça	1.523
Total de membros	11.164
Servidores	25.049
Estagiários de Direito	18.107
Total de prédios	3.197
Orçamento 2024*	R\$ 27,8 bilhões

Fonte: MP Um Retrato/CNMP, em 10/12/2024

*Soma dos orçamentos de todos os MPEs e do Distrito Federal

Os números de pessoal em todos os MPs dos estados

As estatísticas do CNMP ainda não contemplam os acordos de não persecução civil (ANPC) – instrumento instituído em 2019, no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), e aprofundado em 2021, com nova reforma do texto (Lei 14.230).

Há pelo menos uma década o Ministério Público tenta abraçar oficialmente a política da conciliação. Em 2014, o CNMP publicou a Resolução 118, que criou a política nacional de incentivo à autocomposição. Em linhas gerais, institucionalizou em todos os MPs a adoção de “mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais” com vistas à “redução da litigiosidade”.

Mais recentemente, as reviravoltas da caçada punitivista do Ministério Público Federal no âmbito da operação “lava jato”, com posteriores anulações de condenações, também levaram a instituição a repensar sua atuação. A mudança da rota a partir dessa experiência passou a ser defendida por membros dos mais diferentes ramos do MP. “O Ministério Público está passando por uma fase de transição pós-lava jato. Nossa ideia é organizar com os procuradores-gerais um modelo de MP mais voltado para resultados do que para processos”, disse o PGJ de Minas Gerais, Jarbas Soares, ao assumir a presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG), em junho de 2024 – em dezembro, com o fim do seu mandato, ele deixou os cargos.

Ao **Anuário do Ministério Público**, o advogado Gustavo Justino de Oliveira, professor de Direito Administrativo da USP e do IDP, avaliou que o MP ainda não abraçou a cultura dos acordos na esfera cível. Crê que o órgão ainda trata os ANPCs como um instrumento de imposição de condições ao acusado em vez de uma composição propriamente dita, a exemplo do que faz com os TACs. “O TAC sempre foi algo colocado de maneira muito unilateral pelo Ministério Público. Já o ANPC tem um racional inverso porque geralmente é proposto pelo próprio advogado. O ANPC inaugurou um tipo de acordo para o MP que realmente deve ser negociado”, analisou.

No campo extrajudicial, os MPs nos estados elevaram o número de procedimentos instaurados ou recebidos na área cível em 2023. Esse aumento foi puxado pelo volume de notícias de fato abertas no período, 11% maior que em 2022, e por demais procedimentos administrativos que integram a atuação do órgão, como movimentações em acompanhamento de instituições, de políticas públicas, de TACs e na tutela de interesses individuais indisponíveis. Já o número de inquéritos civis instaurados reduziu 6%.

Na esfera penal, o volume de procedimentos totais abertos ou recebidos também caiu, muito em função da queda de 64% no volume de termos circunstanciados recebidos pelo órgão em 2023 (um milhão, contra três milhões no ano anterior).

Se formasse um único bloco, o Ministério Público estadual seria um gigante várias vezes maior do que o Ministério Público da União. O Ministério Público nos estados tem, ao todo, 11.164 membros contra 2.394 do MP da União, que movimentam um orçamento conjunto de quase R\$ 28 bilhões (considerando o MP-DF como uma unidade da federação, a exemplo do que faz o CNMP no seu painel estatístico MP Um Retrato) para cuidar de uma montanha de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais que superam os 30 milhões de processos por ano. Desse total, quase a metade diz respeito à matéria penal, o que também acaba sendo uma diferença em relação ao MPU, cuja atuação tem mais volume na área cível.

Outra peculiaridade do MP nos estados é que das 27 Procuradorias-gerais de Justiça, 20 são chefiadas por promotores (atuantes na primeira instância). Como os MPEs têm autonomia para definir os próprios critérios de elegibilidade dos seus PGJs, algumas das unidades da federação permitem que apenas membros da segunda instância, ou seja, procuradores, possam participar da eleição interna para definição da lista tríplice enviada ao governador.

Em junho de 2024, o STF validou essa exigência no MP do estado de São Paulo. A corte julgou improcedentes duas ADIs – uma delas movidas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) – que questionavam a constitucionalidade da norma e apontavam que a exigência viola os princípios constitucionais da simetria, da isonomia e da não discriminação. Por maioria de votos, a corte manteve o critério sob o argumento de que pertencer à carreira, independentemente de exigências de grau de atuação, é o único critério exigido dos estados para a escolha do PGJ.

2023 | MAIORES DEMANDAS

DIREITO CIVIL

Temas mais recorrentes em inquéritos civis, notícias de fato e procedimentos administrativos instaurados

Criança e Adolescente	230.273	34,1%
Meio Ambiente	95.339	14,1%
Saúde	80.083	11,9%
Improbidade Administrativa	70.692	10,5%
Pessoa idosa	67.345	10%
Educação	44.806	6,6%
Consumidor	40.335	6%
Ordem urbanística	25.759	3,8%
Pessoas com deficiência	20.124	3%

DIREITO CRIMINAL

Temas mais recorrentes em inquéritos policiais recebidos

Crimes contra o patrimônio	1.561.479	36,2%
Violência doméstica contra a mulher	556.861	12,9%
Crimes contra a liberdade pessoal	478.396	11,1%
Crimes de trânsito	385.697	8,9%
Homicídio	354.967	8,2%
Tráfico de drogas	354.907	8,2%
Crimes contra a dignidade sexual	305.092	7,1%
Crimes contra o sistema nacional de armas	225.035	5,2%
Crimes contra a administração pública	88.823	2,1%

O rol de assuntos não é exaustivo. Foram considerados os principais temas tabulados pelo MP Um Retrato 2024/CNMP.

Crimes contra o patrimônio e ações baseadas no ECA lideram demandas nos MP estaduais



MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS | MOVIMENTOS

2023 | ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

PROCEDIMENTOS	CIVIL			CRIMINAL		
	Inquérito Civil	Notícia de fato	Proc. Administrativo	PIC	Inquérito Policial	TCO
Recebidos/Instaurados	72.936	917.690	213.455	17.093	4.462.577	3.442.255
Finalizados	81.854	841.930	182.673	16.654		
Em andamento	181.082	637.504	189.824	19.227	2.737.829	
Petições/denúncias	12.379	45.796	16.606	3.269	1.426.665	96.878
Acordos ¹	5.283		1.747		77.349	152.686
Arquivamento	sem TAC		11.073			
	com TAC		1.469	7.714	1.086.968	303.891

Foram mais de 20 milhões de processos recebidos em 2023 ([clique aqui](#))

ANUÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASIL 2024

3ª Edição

ISSN: 2675-7346

Número de páginas: 204

Versão impressa: R\$ 50, à venda na Livraria ConJur. [Clique aqui para comprar a sua edição](#)

Versão digital: gratuita. Acesse pelo site anuario.conjur.com.br ou pelo app Anuário de Justiça

Veja quem anunciou nesta edição

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Bottini & Tamasauskas Advogados

Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil

Décio Freire Advogados

JBS S.A.

Keppler Advogados Associados

Mubarak Advogados

Original 123 Assessoria de Imprensa

Refit

Sergio Bermudes Advogados

Warde Advogados



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-fev-24/mp-dos-estados-passou-a-negociar-mais-em-2023/>